

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLVIII • Nº 483 • Brasília-DF • Março 2026

Marcha das Mulheres Indígenas manifesta repúdio ao feminicídio e à omissão do Estado diante da violência de gênero

Páginas 4 e 5

“A VIDA DEPENDE DO NOSSO LEVANTE”

Em encontro nacional na Bahia, lideranças indígenas afirmam: “nossas retomadas são sagradas e imparáveis”. Suas histórias vêm de territórios distantes entre si, mas carregam o mesmo peso: ameaças, criminalização e resistência que não recua. “A nossa luta é por território, é por dignidade. Nós somos terra. E nós buscamos respeito e sobrevivência.”

Páginas 8, 9, 10, 11, 12 e 13

Expansão da multinacional chilena de processamento de celulose na Região Metropolitana de Porto Alegre ignora direitos indígenas e amplia riscos ambientais

Páginas 14 e 15

Terra é vida

Nossas retomadas são sagradas e imparáveis." A afirmação foi feita durante o Encontro Nacional de Lideranças Indígenas, que reuniu, na Bahia, representantes de povos de onze estados para discutir a defesa dos territórios e os desafios colocados pelo atual cenário jurídico e político no país. A fala sintetiza um momento em que as pressões sobre os territórios indígenas se intensificam, mas também se fortalece, entre os povos, a convicção de que a defesa da terra é inseparável da defesa da vida e da continuidade de seus modos de existência.

Em várias partes do país, a disputa pelos territórios segue marcada pelo avanço de projetos que tratam a terra como recurso econômico disponível à exploração. Mega-projetos industriais, monoculturas e grandes empreendimentos continuam avançando sobre territórios indígenas e ecossistemas inteiros. Em muitos casos, esses processos caminham acompanhados da fragilização de direitos constitucionais e da tentativa de reduzir garantias fundamentais – como a consulta livre, prévia e informada – a uma formalidade burocrática.

A situação denunciada pela comunidade Guarani do Tekoá Pindó Mirim, em Viamão (RS), diante da expansão de um megaprojeto de celulose da multinacional chilena CMPC na região do Guaíba, sintetiza bem esse conflito. Segundo as lideranças da aldeia, o processo de licenciamento ambiental avançou sem a devida escuta das comunidades indígenas e incluiu tentativas de oferecer compensações financeiras para viabilizar o empreendimento. Diante dessas ofertas, a resposta das lideranças foi direta: "a vida não se negocia." A frase revela o choque entre dois modos profundamente distintos de compreender o território. Para empresas e setores do mercado, a terra aparece como ativo econômico. Para os povos indígenas, ela é condição de existência – espaço de memória, espiritualidade e continuidade coletiva. Como cita a nota técnica do Cimi Sul sobre o licenciamento do projeto, "o Pampa não é vazio demográfico nem território disponível para homogeneização industrial", mas um ecossistema vivo, habitado e marcado por vínculos históricos e culturais.

Esse conflito também se expressa de forma trágica em contextos de violência direta. Na Terra Indígena Ventarra, no norte do Rio Grande do Sul, disputas relacionadas ao

arrendamento ilegal de áreas para exploração agrícola por não indígenas resultaram em 24 assassinatos ao longo da última década, além de inúmeros feridos, ameaças e deslocamentos de famílias. O confronto ocorrido na madrugada de 7 de março, que deixou um indígena morto e reacendeu incêndios de casas na comunidade, revela como a mercantilização da terra pode corroer as bases da vida comunitária e aprofundar conflitos internos nos territórios.

Apesar desse cenário de pressões e ameaças, os povos indígenas continuam construindo caminhos de organização e resistência. Encontros entre lideranças, mobilizações de mulheres indígenas e redes de solidariedade seguem fortalecendo articulações entre povos de diferentes regiões do país. No Dia Internacional da Mulher, em Manaus, centenas de mulheres indígenas marcharam pelas ruas da cidade denunciando o feminicídio e a violência que, como afirmaram durante o ato, "o Estado insiste em não ver". Em São Félix do Araguaia (MT), mulheres do povo Iny (Karajá) também se reuniram para fortalecer redes de apoio, denunciar violações de direitos e reafirmar seu papel na defesa dos territórios.

Em muitos lugares, essa resistência se expressa também na reconstrução cotidiana da vida coletiva. Na Tekoha Ocoy, no oeste do Paraná, uma horta organizada por jovens Guarani começou a dar seus primeiros frutos. As imagens da primeira colheita – com crianças exibindo orgulhosas uma melancia cultivada coletivamente – revelam outro modo de relação com a terra. Enquanto grandes empreendimentos prometem desenvolvimento à custa da devastação ambiental e da concentração de territórios, comunidades indígenas seguem cultivando alimentos, saberes e vínculos que garantem a continuidade de seus povos.

Ao longo da história, os povos indígenas enfrentaram expulsões, esbulhos, violências e políticas de assimilação que buscaram apagar sua presença e seus direitos. Ainda assim, aquilo que foi imposto não destruiu a memória nem rompeu os vínculos que sustentam a vida nos territórios. Mesmo sob pressão, os povos continuam reunindo forças, organizando suas comunidades e retomando suas terras. Como raízes que seguem abrindo caminhos em meio ao cerco jurídico, político e econômico que se impõe sobre os territórios indígenas.



Porantimadas

Do apagamento à retomada

Povos indígenas, pesquisadores e organizações indígenas lançaram a Carta Tahpera – Manifesto pela Retomada das Arqueologias Indígenas e Indigenistas no Nordeste do Brasil. O documento reivindica os "direitos arqueológicos dos povos originários", questiona o negacionismo ainda presente em setores da arqueologia e defende a participação direta das comunidades na pesquisa, gestão e interpretação de sítios arqueológicos e patrimônios culturais ligados a seus territórios. Resultado de quase uma década de articulações entre lideranças indígenas e pesquisadores, a iniciativa também cobra a aplicação da consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT em pesquisas arqueológicas e critica normas e projetos legislativos que fragilizam a proteção do patrimônio e dos territórios indígenas. Para a articulação Tahpera, retomar a história profunda dos povos originários não é nostalgia, mas resistência diante de séculos de apagamento e uma forma de reafirmar a continuidade viva de seus territórios, culturas e memórias.

Freio na mineração

A Justiça Federal determinou a suspensão imediata da exploração de calcário na Terra Indígena Serrote dos Campos, do povo Pankará, em Itacuruba (PE). A decisão liminar, concedida pela 18ª Vara Federal em Pernambuco em ação da Defensoria Pública da União, estabelece multa diária de R\$ 20 mil em caso de descumprimento. Segundo o processo, a atividade minerária avançava sobre área de uso tradicional da comunidade sem autorizações válidas, com impactos à Caatinga e a locais sagrados. Na decisão, o juiz também acolheu a habilitação do povo Pankará Serrote dos Campos como parte no processo e determinou a correção da posição das lideranças indígenas Lucélia Leal Cabral e Cícera Leal Cabral, que passaram a integrar o polo ativo da ação como representantes da coletividade. A liminar ainda proíbe a emissão ou renovação de licenças ambientais na área e determina a realização de audiência de conciliação entre as partes.

Reserva em retomada

A Câmara Municipal de Guarulhos promulgou, em 19 de janeiro de 2026, a Lei nº 8.470/2026, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Aldeia Indígena Multiétnica Filhos Desta Terra, na Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande. O território é fruto de um processo de retomada iniciado em 2017 por famílias de diversos povos indígenas – entre eles Tupi Guarani, Timbira, Kaimbé, Pankararu, Pankararé, Wassu Cocal, Guajajara, Gavião e Xukuru de Ororubá. A comunidade aguardava há oito anos uma solução jurídica para a área de aproximadamente 500 hectares, situada na porção norte do município, cortada pelo Rodoanel e que abriga, de um lado, as moradias das famílias e, de outro, remanescentes de Mata Atlântica com nascentes e expressiva biodiversidade. Para as lideranças da Aldeia Multiétnica, a reserva representa não apenas a segurança jurídica reivindicada, mas também o reconhecimento do papel dos povos originários como guardiões do território. A gestão ficará a cargo da Secretaria Municipal do Verde, Clima e Sustentabilidade, responsável pelo plano de manejo e pela criação de um conselho gestor deliberativo com participação da comunidade indígena.

A força das mulheres Iny ecoa em São Félix do Araguaia

Saberes, resistência e ancestralidade marcam encontro na região do Mato Grosso

Por Ir. Albersia Tapoona, SSPS

Entre cantos, memórias e partilhas de luta, mulheres do povo Iny (Karajá) reuniram-se em São Félix do Araguaia (MT), entre os dias 24 e 27 de fevereiro de 2026, para um encontro marcado pela escuta, pela denúncia e pelo fortalecimento coletivo. Vindas de diferentes comunidades, elas se encontraram para reafirmar seu papel na defesa da vida, do território e dos direitos de seus povos.

O Encontro das Mulheres Iny – Karajá, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), teve como tema “A Força das Mulheres Iny – Saberes, Resistência e Ancestralidade”. Embora as participantes sejam oriundas também da região da Ilha do Bananal (TO), o encontro foi realizado em São Félix do Araguaia (MT), reafirmando o protagonismo das mulheres na defesa da vida, do território e dos direitos indígenas.

Invisibilidade e violação de direitos

Durante os dias de formação, foi debatida a invisibilidade dos direitos indígenas no Tocantins, especialmente no que se refere ao acesso a políticas públicas básicas, como saúde e transporte. As mulheres relataram dificuldades no atendimento institucional e denunciaram a falta de respostas efetivas diante de situações de violência.

O encontro contou com a presença da Defensoria Pública dos estados de Mato Grosso e Tocantins, representadas pelo Doutor Robson, da Defensoria Pública de Mato Grosso, e pela Doutora Letícia, da Defensoria Pública do Tocantins. Também esteve presente a psicóloga Nilda, da Defensoria Pública do Tocantins, que conduziu a dinâmica do girassol, proporcionando um momento profundo de escuta, partilha e fortalecimento emocional entre as participantes.

A presença da Defensoria Pública possibilitou diálogo sobre mecanismos de acesso à justiça, atendimento às mulheres em situação de violência e mediação de conflitos, reforçando a importância de que as denúncias sejam acolhidas com seriedade e respeito às especificidades culturais dos povos indígenas.



Fotos: Ir. Albersia Tapoona, SSPS

Violência contra a mulher indígena

O encontro abriu espaço seguro para que as mulheres compartilhassem experiências de violência física, psicológica, moral, patrimonial e digital. Muitas relataram medo de denunciar, insegurança dentro do próprio território e sofrimento emocional.



Também esteve presente a psicóloga Clara, do DSEI de São Félix do Araguaia (MT), que contribuiu com reflexões sobre saúde mental e o cuidado integral das mulheres indígenas.

A preocupação com o uso da tecnologia nas comunidades também foi tema de reflexão, sobretudo em relação à exposição de adolescentes nas redes sociais e às situações de violência digital.

As participantes reafirmaram a necessidade de fortalecer redes de proteção comunitária e promover ações educativas nas escolas indígenas.

Cuidado, espiritualidade e fortalecimento coletivo

Além dos debates políticos e jurídicos, o encontro foi marcado por momentos de espiritualidade e cuidado emocional. A partilha de memórias e saberes ancestrais fortaleceu a identidade cultural Iny, reafirmando o papel das mulheres como guardiãs da tradição e da resistência.

Organização e parcerias

O encontro foi realizado pelo Cimi Regional Mato Grosso, com a presença de Ir. Verônica, Ângelo e Ir. Anésia Gonsalves, em parceria com o Cimi GOTO, representado por Juliene, Ir. Isabel e Ir. Albersia.

Ao final do encontro, foram apontados encaminhamentos importantes, entre eles:

- Realização de novas formações nas aldeias;
- Ampliação do diálogo com órgãos de defesa de direitos;
- Criação de espaços permanentes de apoio às mulheres;
- Continuidade da articulação entre lideranças femininas Iny;
- Criação de um grupo de WhatsApp das mulheres Iny, como ação concreta do encontro, fortalecendo a comunicação, a troca de informações e o apoio mútuo entre elas.

O Encontro das Mulheres Iny – Karajá reafirmou que a luta das mulheres indígenas é também luta pela vida, pelo território e pela dignidade. Em São Félix do Araguaia (MT), a força das mulheres ecoou como sinal de resistência, organização e esperança.





IV Marcha das Mulheres Indígenas de Manaus

Marcha das Mulheres Indígenas manifesta repúdio ao feminicídio e à omissão do Estado diante da violência de gênero

Lideranças, mães, jovens e anciãs – que sustentam a organização indígena nos territórios, nas aldeias e na cidade, garantindo que a luta continue viva – caminharam unidas pelas ruas de Manaus

Por Ligia Apel, Ascom Cimi Regional Norte I

Mãos que seguram faixas e cartazes evidenciando resistência; passos dados com firmeza em uma caminhada incansável à frente de uma luta que não cessa; vozes que ecoam contra o feminicídio e a violência que o Estado não vê – todos em defesa do direito à vida e à existência com dignidade. Essas foram as marcas da 4ª Marcha das Mulheres Indígenas de Manaus e Entorno, realizada no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, pela Coordenação de Povos Indígenas de Manaus e Entornos (Copime).

O ato contou com o apoio da Rede de Mulheres Indígenas do Amazonas Makira-E'ta, da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Apiam), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (Foreia), do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam) e da organização indigenista Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (Sares).

Durante o percurso, a manifestação se encontrou com a mobilização de outras organizações e movimentos que compõem o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, espaço político de debates, e atuação em defesa dos direitos humanos das mulheres. “Esse encontro fortaleceu ainda mais o ato, mostrando que a luta contra a violência e o feminicídio precisa ser coletiva”, afirmou a representação do Foreia em suas redes.

A Marcha seguiu o tema “Mulheres Indígenas contra o feminicídio e a violência que o Estado não vê”, e a coordenadora da Copime, Marcivânia Sateré Mawé,



disse que a articulação concretizada nesse 8 de março é essencial para fortalecer essa luta. “A Marcha é uma junção dos coletivos indígenas, junto com o Fórum Permanente também. A tendência é cada vez mais nós irmos às ruas, porque o feminicídio e a violência praticada contra as mulheres são números que nos

indignam e que a gente precisa ir para a rua falar, pois a gente sofre isso tudo todos os dias, principalmente nós mulheres indígenas. A luta contra o feminicídio só é possível com essa articulação, com essa junção de mãos e corações”, afirmou.

Uma das denúncias mais doloridas que as mulheres indígenas fizeram durante a Marcha foi de que “agressões contra as mulheres são uma questão cultural”. Desconstruindo o argumento, disseram que essa ideia “invisibiliza ou naturaliza a violência, perpetua o racismo e impede a proteção das mulheres indígenas”, e afirmaram que a violência sofrida pelas mulheres indígenas é consequência do machismo e racismo estrutural da sociedade. A colonização, em seu processo histórico de perda dos modos de vida tradicionais e territórios, bem como a proximidade com o modo de vida não indígena, marginalizou e desestruturou muitas comunidades originárias, introduzindo e agravando formas de violência de gênero dentro das comunidades.

Marcivânia é contundente nessa desconstrução e na revitalização da verdadeira posição das mulheres indígenas dentro de suas aldeias e comunidades. “Nunca foi cultura, pelo contrário. Nas comunidades e no núcleo familiar, as mulheres são aquelas que propagam a paz, a harmonia. Dizer que isso [a violência] é da cultura indígena é um ataque a nós, mulheres, porque ela foi introduzida a partir da relação e vivência com os brancos, mas nunca foi cultura. A relação da mulher com a natureza é de vida, uma relação da qual fazemos parte do mesmo ser. E as mulheres são as maiores cuidadoras da natureza e do território, das águas, da floresta e dos animais.



Fotos: Lígia Apel/Cimi Regional Norte I



A rua e o Estado

Percorrendo as ruas de Manaus, a Marcha “reuniu vozes, corpos e territórios em um só grito contra o feminicídio e as violências que o Estado insiste em não ver”, escreveu Makira-E’ta em suas redes sociais, afirmando que estar nas ruas é primordial para fortalecer a luta em defesa das mulheres indígenas. “Marchamos por justiça, marchamos por nossas vidas, marchamos para que nenhuma mulher indígena seja silenciada. Cada passo foi denúncia, memória e compromisso com a construção de políticas públicas que garantam proteção, dignidade e direito às mulheres. Seguimos em movimento, porque quando as mulheres indígenas avançam, nossos povos avançam com elas”, enfatizam.

“Estamos na rua porque esse Estado continua violentando os nossos direitos. E quando esse Estado violenta nossos direitos, são nossos corpos, que são os nossos territórios, que pagam a conta. Uma conta muito alta por essas injustiças que o Estado continua produzindo e reproduzindo, por esse racismo estrutural que faz com que as instituições públicas não efetivem os nossos direitos”, reverberou a líder Vanda Witoto, analisando a construção e efetivação de políticas públicas indigenistas.

“Esse Estado precisa reconhecer nossas políticas públicas, já temos leis que reconhecem nossos direitos. Falta o Estado respeitá-las. Mas, enquanto nós, indígenas, estivermos dando poder [político] nas mãos dos filhos e netos daqueles que roubaram as nossas terras, os nossos direitos não vão alcançar nossos territórios, nossos direitos não vão alcançar os nossos povos”, alertou, lembrando que 2026 será um ano de escolhas de representantes reais e legítimos dos povos indígenas. “Devemos ocupar espaços da sociedade que garantam que nossos direitos sejam respeitados”.

A líder Witoto finalizou seu manifesto relacionando corpos, territórios e ancestralidade para a continuidade

da luta em defesa da vida indígena. “O nosso maracá invoca toda a nossa ancestralidade que mantém os nossos corpos vivos. Mais uma vez, nós, povos indígenas, mulheres, avós, crianças, juventudes, nossos corpos estão na rua para dar continuidade à nossa existência”, anunciou.

Juventude e identidade

Nessa perspectiva de continuidade da luta para que as conquistas alcancem as novas gerações, a jovem estudante Taíssa Kambeba declara que sua participação tem



fundamento nas vidas que a antecederam lutando para que ela estivesse hoje no movimento indígena, nas ruas e na Marcha das Mulheres, fortalecendo sua identidade e a vontade de adquirir e multiplicar conhecimentos.

“Tem várias críticas por eu ser mulher e por eu ser indígena. Mais ainda por ser ativista e trabalhar pela defesa das pessoas e dos povos indígenas. Enfrento muito preconceito em todos os lugares. São coisas que mexem com o nosso psicológico. Então, estar aqui, participar da Marcha é muito importante para mim porque estou junto, não estamos sozinhas”, afirmou, esperançosa de levar em frente os aprendizados.

“Não vou deixar qualquer pessoa abalar minha cabeça e meu coração. Muitas vezes a gente é violada até em nossa fala. Não escutam a nossa opinião. Então, estando aqui, a gente já cresce no movimento e com esse objetivo

na cabeça, de querer um mundo melhor, não para a gente, mas para as futuras gerações, para os nossos filhos, para nossos sobrinhos, para que eles não passem pelo que a gente passa”, disse, comentando as violências, inclusive sexuais, que as mulheres indígenas sofrem. “Que não passem pelas violações que passamos, por mãos que nos violentam tocando em partes que não são para qualquer um tocar. Para que possam crescer

em um ambiente melhor, sem essas violências”, afirmou.

A jovem, com energia e vontade de aprender, resumiu seu objetivo: “Vou aprender para poder levar sabedoria. Eu vou aprender e guardar, e vou ensinar tudo o que eu puder para as futuras gerações”, concluiu.



Assine o

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: **R\$ 130**

Ass. dois anos: **R\$ 190**

América Latina: **US\$ 55**

Outros países: **US\$ 90**

Assinatura de apoio: **R\$ 170**

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

TERRA INDÍGENA VENTARRA: escalada de conflitos revela sistema de exploração territorial tolerado há anos

Foto: Lucas Ximell/QQ Deu Notícias

Violência crescente, ingerência externa e omissão do Estado colocam famílias Kaingang em grave risco; confronto na madrugada do dia 7 de março deixou um morto, um ferido e novas casas incendiadas, ampliando o clima de medo e desespero

Por Cimi Regional Sul

A grave e continuada escalada de violência na Terra Indígena (TI) Ventarra, do povo Kaingang, localizada na região norte do Rio Grande do Sul (RS), tem colocado famílias inteiras sob um cenário de conflito armado, medo e profunda insegurança. A situação é denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul como resultado de um processo prolongado de omissão estatal e da consolidação de um sistema ilegal de exploração territorial associado aos arrendamentos dentro da terra indígena.

Desde novembro de 2025, dois grupos internos passaram a disputar o controle político da comunidade e o acesso à terra, especialmente em torno de interesses relacionados ao arrendamento de áreas para não indígenas. Essa disputa tem sido agravada pela interferência de agentes externos que, conforme denúncias das próprias lideranças indígenas, vêm estimulando e alimentando o conflito, chegando inclusive a fornecer armas, o que aprofunda ainda mais a violência dentro do território.

O conflito ocorre em uma área de 772 hectares, atualmente coordenada pela cacica Toguilá Braga, cuja liderança vem sendo contestada por outro grupo da comunidade que reconhecia como cacique Sidnei da Silva.

O resultado dessa situação é devastador. Nos últimos meses, a comunidade já contabiliza três mortes, diversos feridos e dezenas de casas e veículos incendiados, deixando famílias inteiras em situação de vulnerabilidade extrema. Mulheres, crianças e idosos vivem sob permanente ameaça, muitos tendo que abandonar suas casas para proteger a própria vida.

Na madrugada de 7 de março de 2026, a violência atingiu um novo e trágico patamar. Um confronto dentro da Terra Indígena resultou na morte de Sidnei da Silva, deixou outra pessoa ferida e provocou novos incêndios de residências, aprofundando o clima de medo e desespero que se instalou entre as famílias.

No momento do confronto, havia apenas sete agentes da Força Nacional no território, que tentaram intervir, mas eram manifestamente insuficientes



Ocorrência segue em atendimento na terra indígena

diante da dimensão da situação. Posteriormente chegaram equipes da Brigada Militar, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ambulâncias do município e o Corpo de Bombeiros Militar, que prestaram socorro às vítimas.

Segundo informações da Polícia Federal, 24 pessoas foram assassinadas nos últimos dez anos em decorrência de conflitos relacionados aos arrendamentos. Soma-se a esse número incontáveis feridos, ameaças e episódios de extrema violência. Trata-se de um padrão reiterado e estrutural de violação de direitos humanos, e não de um fato isolado.

Atualmente, 11 pessoas encontram-se presas. Entretanto, foi suscitado pelo Ministério Público Federal (MPF) conflito de competência quanto à atribuição investigativa, discussão encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Enquanto o debate formal se arrasta, vidas seguem sob risco concreto.

É importante destacar que essa tragédia vinha sendo anunciada. O Cimi Regional Sul denunciou reiteradamente essa situação desde novembro de 2025, alertando autoridades sobre o agravamento do conflito e o risco iminente de novas mortes. Apesar disso, as respostas do Estado têm sido tardias, frágeis e claramente insuficientes para proteger a comunidade e impedir a escalada da violência.

O que causa ainda mais apreensão são os indícios de que outros conflitos estão sendo anunciados em outras terras indígenas – Nonoai, Ligeiro e Cacique Doble – que passam por processos semelhantes de disputas internas em decorrência dos arrendamentos das terras.

A inconstitucionalidade estrutural dos arrendamentos

A Constituição Federal de 1988 é expressa. O artigo 231 assegura aos povos indígenas a posse permanente de suas terras e o usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes. O § 4º determina que essas terras são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis.

O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973) reforça a proteção territorial, enquanto a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – norma internacional com força jurídica no Brasil – assegura aos povos indígenas o direito ao controle de seus territórios e à preservação de sua organização social.

Os arrendamentos para exploração agrícola por não indígenas afrontam diretamente esse regime constitucional. A terra, que constitucionalmente se destina ao usufruto exclusivo do povo indígena e à reprodução física e cultural da comunidade, passa a ser disputada como mercadoria. Transforma-se o território coletivo em produto, subordina-se a terra à lógica do mercado regional e introduzem-se interesses privados externos no interior da comunidade.

O que ocorre na TI Ventarra é a consolidação de um modelo ilegal e criminoso de exploração da terra tradicionalmente ocupada pelo povo Kaingang por meio de arrendamentos. Não se trata apenas de divergência política interna, mas de um sistema que captura lideranças, favorece

redes ilícitas de circulação de armas, estimula redes externas de financiamento, corrói as bases comunitárias tradicionais, incentiva disputas internas pelo controle de contratos e cria dependência financeira.

A violência, nesse contexto, não é a causa. É o sintoma de um sistema de exploração territorial tolerado ao longo dos anos.

A ausência de enfrentamento estrutural dos esquemas vinculados aos arrendamentos – inclusive quanto à responsabilização de financiadores, intermediários e beneficiários externos – contribui para a perpetuação do ciclo de violência. O foco restrito na contenção episódica dos confrontos armados, sem desarticulação da engrenagem econômica que os sustenta, revela-se insuficiente.

Enquanto os arrendamentos permanecerem intocados como eixo central da disputa, o território seguirá sob tensão permanente, e a comunidade continuará exposta à violência, à fragmentação interna e ao risco de novas mortes.

O dever de proteção e a responsabilidade do Estado

O artigo 144 da Constituição Federal impõe ao Estado o dever de garantir a segurança pública e proteger a vida. No caso dos povos indígenas, esse dever é ainda mais qualificado pelo reconhecimento constitucional de sua organização social e direitos originários sobre a terra.

Quando o Estado tem conhecimento de um padrão contínuo de mortes e não adota medidas estruturais eficazes para cessá-lo, sua omissão pode configurar violação do dever de garantia.

O Brasil é signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e está submetido à jurisdição do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A jurisprudência da Corte Interamericana é firme ao assegurar que a omissão estatal diante de contextos de violência previsível gera responsabilidade internacional.

Diante de 24 assassinatos em uma década na TI Ventarra, da circulação reconhecida de armas e da ausência de enfrentamento estrutural aos esquemas vinculados aos arrendamentos, há indícios de falha reiterada no dever de prevenir, proteger, investigar e sancionar.

A omissão do Estado brasileiro diante dessa realidade não apenas agrava o conflito, como também coloca em risco a vida de dezenas de famílias Kaingang.

Exigências e encaminhamentos

Diante da gravidade dos fatos, o Cimi Regional Sul cobra das autoridades federais – especialmente do Ministério da Justiça, do Ministério dos Povos Indígenas, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Polícia Federal – a adoção imediata de medidas concretas e eficazes, tais como:

1. Impedimento imediato, absoluto e permanente de toda e qualquer forma de arrendamento das terras indígenas. É necessário que as autoridades do Estado façam valer o regime constitucional de usufruto exclusivo das Terras Indígenas. Não há qualquer justificativa justa e legítima para manter este estado de coisas ilegal e criminoso vigente. O impedimento total dos arrendamentos é condição primeira para fazer cessar as violências e violações dentro das terras indígenas e, particularmente, na TI Ventarra. As autoridades de controle, a exemplo do MPF e da polícia judiciária (Polícia Federal), não podem tergiversar com esta condição.
2. Definição imediata da competência institucional para garantir efetividade às investigações, incluindo a investigação rigorosa da atuação de agentes externos, bem como a identificação e responsabilização dos financiadores e beneficiários externos dos arrendamentos de terras indígenas, que estariam incentivando, financiando ou armando o conflito.

3. Combate rigoroso ao tráfico de armas. A alegação de impossibilidade de controle da entrada de armas no território revela falha grave no dever estatal de proteção. Não é juridicamente aceitável que o Estado reconheça a circulação de armamento em área de conflito e se declare incapaz de agir de forma estruturada.

4. Ampliação urgente da presença institucional no território, garantindo a proteção das famílias Kaingang, bem como a adoção de mecanismos institucionais de mediação e pacificação, com participação das próprias lideranças indígenas, e a implementação de ações estruturais que enfrentem as causas profundas do conflito e garantam a integridade da Terra Indígena.

5. Construção de uma política pública voltada ao fomento, com previsão orçamentária federal e investimento de recursos financeiros a fundo perdido no reflorestamento e plantio de alimentos saudáveis pelos povos indígenas em suas terras. Por meio do Plano Safra, a cada ano, o Estado brasileiro disponibiliza mais de R\$ 500 bilhões ao agronegócio e à agricultura familiar para acesso facilitado com juros subsidiados. O pagamento destes subsídios financeiros exige uma Ação Orçamentária que, em 2025, foi de aproximadamente R\$ 15 bilhões por parte do Estado. Este valor, embora acessado junto com o crédito agrícola, funciona como uma forma de fomento ao agronegócio e à agricultura familiar. Os povos indígenas, por não possuírem sistema de garantias, uma vez que as terras indígenas são registradas em nome da União, não são contemplados com esse mecanismo de crédito do Plano Safra. Os fazendeiros que vivem próximos às terras indígenas, que têm facilidade de acesso a este crédito subsidiado pelo Estado e são sabedores das dificuldades de acesso por parte dos povos, se aproveitam da situação, assediam lideranças indígenas e implementam o modelo ilegal e criminoso dos arrendamentos. Sendo assim, é justo e necessário que o Estado brasileiro contemple os povos indígenas com recursos públicos, na forma de fomento, para que possam reflorestar e plantar alimentos saudáveis em suas terras.

Até o momento, apenas os povos indígenas têm sido penalizados em função da prática dos arrendamentos. Indígenas são assassinados, feridos, expulsos de suas casas e de suas terras, investigados, acusados e condenados criminalmente, cumprem penas e são presos. Enquanto isso, agentes externos – inclusive fazendeiros da região que fomentam e lucram com os arrendamentos – permanecem impunes, livres para continuar com práticas de assédio, financiamento de plantios, fornecimento de armas e usufruto ilegal das terras indígenas.

Ao não agir contra esses agentes externos, o Estado os mantém protegidos para continuarem cometendo crimes, o que revela manifestações de racismo estrutural presentes nas esferas estatais.

Caso persista a omissão ou a atuação meramente formal por parte do Estado brasileiro, poderá ser avaliado o acionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, para que sejam adotadas medidas internacionais de proteção à vida e à integridade da comunidade indígena de Ventarra.

A continuidade das mortes não pode ser naturalizada. A violência não pode ser administrada como rotina. A omissão não pode ser política de Estado.



Em encontro nacional na Bahia, lideranças indígenas afirmam: “nossas retomadas são sagradas e imparáveis”

Ao fim de encontro que reuniu indígenas de onze estados e diversos povos, lideranças prestaram solidariedade ao povo Pataxó e divulgaram carta em defesa de direitos e territórios

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No final de fevereiro, um encontro nacional reuniu, no extremo sul da Bahia, lideranças indígenas de onze estados e diversos povos, que se somaram aos Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe para trocar experiências e articular estratégias comuns para enfrentar as ameaças que rondam seus territórios e seus direitos.

As reflexões sobre a questão territorial foram o eixo para o qual os relatos e as discussões convergiram. Do Mato Grosso do Sul à Bahia, passando por Amazonas, Roraima, Pará, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, São Paulo, Maranhão e Alagoas, as pressões enfrentadas variam: mineração, agronegócio, especulação imobiliária, grandes obras e empreendimentos; em comum, o desafio de garantir a demarcação das terras ainda não regularizadas e proteger as já demarcadas, mas sob a pressão de invasores.

A preocupação com os desdobramentos da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nas ações de controle de constitucionalidade da Lei 14.701/2023, ocorrida em dezembro de 2025, também foi um ponto de análise e discussão do encontro, realizado com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O risco de criminalização das retomadas e as incertezas geradas por diversos pontos da decisão cuja aplicação ainda é incerta foram levantados por diversas lideranças, que buscaram analisar como estas medidas podem afetar seus próprios territórios – e quais os caminhos para garantir a efetividade de seus direitos territoriais.

As reflexões sobre estes pontos foram sistematizadas numa carta final, que reúne uma série de alinhamentos pactuados entre as lideranças e apresenta um conjunto de reivindicações ao poder público.

Extremo sul da Bahia, território Pataxó

A exemplo do encontro realizado no ano anterior na Terra Indígena (TI) Panambi – Lagoa Rica, em Douradina (MS), o local da reunião não foi escolhido ao acaso. Meses antes do encontro de 2025, o território Guarani e Kaiowá localizado no Mato Grosso do Sul havia sido palco de intensos conflitos e de um cerco de fazendeiros e pistoleiros contra os indígenas, que haviam retomado parte de sua terra.

Em 2026, a escolha pelo extremo sul da Bahia foi baseada na drástica situação vivenciada pelo povo Pataxó. Cansado de esperar pela regularização de suas terras e sem espaço nas diminutas áreas demarcadas na região, o povo tem realizado o que caracteriza como a autodemarcação das TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá. Em represália, tem sido alvo não apenas da violência e de ataques armados contra suas comunidades e retomadas, mas também de um processo de criminalização de lideranças e difamação do povo em redes sociais e meios de comunicação locais.

O contexto perpassou o evento de forma direta: naqueles dias, o movimento Invasão Zero, acusado de envolvimento e incitação a ataques contra comunidades



indígenas, realizava manifestações contra a demarcação das terras Pataxó na região. As mobilizações ruralistas ocorriam na BR-101, rodovia federal que margeia o território Pataxó e liga os municípios de Itamaraju, Porto Seguro e Prado, onde as TIs Barra Velha e Comexatibá estão localizadas. Devido aos bloqueios, o local de algumas atividades teve que ser alterado.

“Hoje, nós não podemos sair na estrada usando um cocar. Se formos identificados como indígenas, corremos risco de vida. Essa é a realidade que estamos vivendo no extremo sul da Bahia”, afirmou Marcley Pataxó, representante do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba) no encontro.

“O que une as lutas indígenas em todo o país é a base territorial. Isso é o que nos conecta com a luta dos Yanomami, dos Guarani, dos povos do Tapajós. Nós precisamos articular as nossas lutas para conseguir avançar e contrapor esse poder que é contrário aos nossos direitos”, refletiu Marcley. A citação ao Tapajós foi uma referência à grande mobilização que ocorria naqueles mesmos dias, em Santarém (PA), contra o decreto do governo federal que havia privatizado a gestão dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins.

Após semanas de intensa mobilização, o governo federal se viu sem outra saída a não ser revogar o decreto. A notícia da vitória dos povos do Tapajós chegou ao encontro de lideranças como um alento: mesmo em contexto adverso, lutando contra poderosos interesses econômicos, a mobilização dos povos ainda é capaz de lograr êxitos.

“Nossa luta é como um jogo de futebol. Quando começamos um campeonato, começamos de qualquer jeito, com o que dá. E quando a gente sofre uma derrota, tentamos nos reorganizar, usar novas táticas, novos instrumentos. Com a luta é igual. De tempos em tempos, somos obrigados a mudar nossas estratégias”, refletiu o cacique Naô Xohã Pataxó, da TI Barra Velha.

“Quando vemos os parentes lá no MS sofrendo também com a violência, isso nos toca também”, prosseguiu o cacique. “A gente gostaria de estar lá, porque é a mesma luta. Não temos condições financeiras, não temos a força da bala, como eles. O que nos mantém é a nossa união. Isso vale mais do que qualquer dinheiro. E a gente sabe que, enquanto fazemos nossa luta, eles estão lá atrás tentando comprar nossos parentes para desmobilizar o movimento”.

Debate ao pé do monte

Um dos momentos do encontro ocorreu num local simbólico para os Pataxó e todos os povos indígenas do Brasil: a aldeia Pé do Monte, localizada aos pés do Monte Pascoal – marco do relato oficial sobre a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao que depois seria denominado Brasil.

Em 1961, a área do Monte Pascoal foi transformada em um Parque Nacional, e os sucessivos órgãos responsáveis pela gestão da Unidade de Conservação expulsaram os Pataxó do local e passaram a perseguir aqueles que buscavam acessar o que antes era sua terra. À exceção de uma pequena área subtraída do parque e reservada aos Pataxó, a situação perdurou até o ano 2000. Em meio à preparação para a Marcha Indígena que faria um contraponto às comemorações dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil, a aldeia Pé do Monte foi retomada pelo povo Pataxó.

A marcha foi organizada pelo Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500, e reuniu povos indígenas de todo o Brasil para uma mobilização em Santa Cruz Cabrália. Às vésperas da marcha – realizada no dia 22 de abril do ano 2000 e marcada pela repressão policial –, forças policiais haviam destruído um monumento erguido na TI Coroa Vermelha como símbolo da resistência dos povos originários à violência da colonização.



Encontro Nacional de Lideranças Indígenas na Bahia, fevereiro de 2026

Além de restabelecer o acesso dos Pataxó a um espaço histórico de seu território, a retomada da aldeia Pé do Monte cumpriu o papel de acolher as caravanas indígenas que chegavam de todo o país para a marcha. Localizada dentro do perímetro da TI Barra Velha do Monte Pascoal, delimitada em 2008 e aguardando, desde então, a emissão da Portaria Declaratória, a área também recebeu o novo monumento, erguido pelos indígenas em frente à trilha que dá acesso ao monte.

“Foi um local de acolhimento para os povos que vieram para a marcha. Do portão para cá era uma fazenda, que nós retomamos para acolher as pessoas que vieram para o encontro”, lembra Licuri Pataxó, cacique da aldeia Pé do Monte.

“Na época eu estava com 18 anos, e nós éramos proibidos de entrar na área do parque. Tinha uma cerca de 12 fios de arame farpado, nem caça passava”, recorda-se. “Naquele momento, eu senti que nós poderíamos reconquistar o nosso território, com aquele monte de indígenas fazendo a manifestação. Até então, a gente ficava na [aldeia] Boca da Mata, não saía de lá. Tinha caça, tinha mata. Mas aí o povo foi crescendo, e aí foi que a gente percebeu que nosso território estava sendo destruído. Aí decidimos ir pra luta”.

Mais de duas décadas depois, as lideranças que participaram do encontro nacional foram acolhidas novamente neste espaço histórico. Licuri explicou aos visitantes que o monumento, rico em detalhes e símbolos, é “um túmulo dos povos, mas também um monumento de resistência”.

“Os povos vêm cada vez mais sendo atacados, e a gente precisa se juntar, porque o problema da Bahia é o mesmo problema do MS, mas em diferentes escalas e diferentes produtos. Eu achei muito bom, mas ainda muito pouco”, refletiu o cacique. “Conseguimos realizar esse encontro, essa discussão, e escrever uma carta coletiva para cobrar. Que se possa repetir esses encontros e até compartilhar mesmo as lutas, ir para os estados e poder ajudar os parentes. E a parte ruim é que é tanta coisa que acontece ao mesmo tempo, e o governo está atento. Ele faz essa manipulação há 500 anos, sabe muito bem como deixar o indígena na escassez, com fome, oprimido, para poder pedir para ele”.

“Aqui na Bahia os povos Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá estão enfrentando uma guerra árdua contra as milícias do Invasão Zero e os grandes interesses do capital”, afirma a carta final do encontro. “Foram compartilhadas histórias semelhantes vindas de todas as regiões do

país, onde nossos povos sonham e avançam na esperança de ter suas terras demarcadas e respeitadas”.

“Ao contrário do que dizem, o indígena, quando faz retomada, não está invadindo terra. Ele está buscando recuperar o que era seu e foi roubado”, pontuou Eva Canoé, liderança indígena de Rondônia e conselheira da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Opiroma). “Temos nossas dificuldades, nossos desafios conjuntos, mas também temos nossas conquistas. E a nossa maior conquista é a nossa resistência, é não desistir”.

“Conseguimos derrotar o marco temporal, mas nasceram sementes deles, a Lei 14.701/2023, a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] 48. E o próprio governo está indo aos territórios para convencer a comunidade a aceitar compra de terra no lugar da demarcação”, disse Simão Guarani Kaiowá, integrante da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e coordenador da Aty Guasu, a Grande Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá.

“É uma situação que a gente enfrenta, e enquanto isso nosso parente está morrendo. Saímos lá da divisa com o Paraguai para chegar aqui e encontrar os parentes, para encontrar essa energia, a reza dos parentes, para unificar e fortalecer a nossa luta”, destacou o líder Kaiowá.

SEM MEDO E CONTRA O SISTEMA: CARTA DO ENCONTRO NACIONAL DE LIDERANÇAS INDÍGENAS

Desde a Bahia, durante o Encontro Nacional de Lideranças Indígenas, nós, povos em luta, conclamamos a todos os demais parentes para que possamos cantar e lutar, dançar e resistir. Ouçam o nosso chamado, somem a nossa marcha, porque a vida depende do nosso levante!

Representados por diversos povos, na entoada de nossos cantos sagrados e ao som de nossos maracás, juntamos nossas cosmovisões e partilhamos nossa espiritualidade. Junto a nossos encantados, buscamos forças para enfrentar o projeto do capital que está em curso e visa acabar com a Constituição e abrir nossos territórios sagrados para a exploração.

O primeiro pedido que fizemos aos nossos encantados é para que protejam as retomadas dos nossos parentes de todo o Brasil. Aqui na Bahia os povos Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá estão enfrentando uma guerra árdua contra as milícias do Invasão Zero e os grandes interesses do capital. Foram partilhadas histórias semelhantes vindas de todas as regiões do país, onde nossos povos sonham e avançam na esperança de ter suas terras demarcadas e respeitadas.

Tanto as retomadas quanto áreas já demarcadas vêm sendo criminalizadas. Corremos risco de sofrermos despejos e de termos parentes assassinados ou presos. As comunidades, além de enfrentarem as armas dos agressores, acabam por ficar encurraladas pelo racismo, que acirra situações de falta de acesso a direitos básicos como alimentos e escolas.

Profundamente consternados, nos solidarizamos com o povo Pataxó e manifestamos nossa indignação pela detenção arbitrária de doze indígenas deste povo em uma retomada na Terra Indígena (TI) Comexatibá.

A história sempre foi a mesma. Das caravelas que invadiram os territórios Pataxó às novas-velhas caravelas que hoje vêm de Brasília e dos interesses dos grandes poderes econômicos do mundo. Quando os poderosos não puderam frente a frente com nossos povos, utilizaram o Estado para criar o caos e, na calada da noite, assaltar nossos territórios, motivo central de toda a disputa.

Hoje, há uma imensa confusão intencional para turvar nossos direitos. Esta confusão cresce quando o STF não conclui o julgamento dos embargos do RE 1017365 (Tema 1031); quando não se define a segurança jurídica de nossos territórios; quando se abre nossos direitos e se suspende a política indigenista construída com nosso próprio sangue; quando uma Lei (14.701/2023) construída dentro do Congresso para afrontar as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) põe o mesmo em silêncio; ou quando, no mais novo absurdo, o STF define que o Estado antecipe os interesses dos não indígenas invasores antes mesmo que a posse das comunidades.

Essa confusão serve muito bem ao capital, colocando o Estado como o veículo de desmonte de nossas vidas. Enquanto não há definições de nossos direitos, a Funai e o Ministério da Justiça são feitos de reféns e passam a assumir atribuições que podem travar mais o processo de demarcação. Ao mesmo tempo, mesas de negociação são montadas e o assédio contra nossos parentes e nossos territórios vem forte através das tentativas de negociação de terras e a indenização por terra nua aos invasores, condicionando a posse de nossas terras sagradas



Encontro Nacional de Lideranças Indígenas na Bahia, fevereiro de 2026

a lógicas de mercado. O que nos dói é ver que, para além do Legislativo e do Judiciário, de onde já esperávamos, muitas vezes estas propostas têm advindo do próprio Executivo.

Nesta confusão cresce também a violência manifesta em milícias e na ação da própria polícia, que ataca nossas comunidades a qualquer hora do dia, ou na figura do avanço dos madeireiros, mineradores, grandes empresas pesqueiras e empreendimentos ligados a megaprojetos de morte.

O resultado são nossos rios contaminados, animais mortos, matas devastadas e nossos povos assassinados.

Mas temos um recado para dar, a luta vale a pena e quem define as políticas para o povo é o próprio povo. Faremos como as guerreiras e guerreiros em defesa dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, que com seus próprios corpos e sua determinação incansável, após 32 dias fizeram o governo revogar o Decreto 12.600/2025, defendendo nossos rios da ganância dos gigantes a quem o governo já tinha indicado servidão.

Neste mesmo espírito, dizemos: SEM MEDO E CONTRA O SISTEMA. Nossas retomadas vão continuar. A luta em defesa da natureza e pelas nossas Terras irá prosseguir. Com, sem ou apesar das leis das colonizações e da exploração do Capital iremos lutar. Nossas retomadas são sagradas e imparáveis. Cabe ao Estado saber se irá querer, uma vez mais desde a chegada das caravelas, manchar de sangue as páginas da história deste país. Contra quem vier avançaremos.

Diante disso, alinhamos que:

- nos manteremos vigilantes as diferentes iniciativas de desmonte de direitos advindas dos três poderes;
- manteremos firme e forte nossa espiritualidade em cada território;
- garantiremos o fortalecimento interno de nossos territórios, de nossas culturas e de nossas retomadas;
- exigiremos o cumprimento da Consulta Prévia, Livre, Informada e Consentida no caso de qualquer projeto e ou iniciativa que diga respeito a nossos povos, fazendo valer nossas decisões de maneira plena;
- fortaleceremos uma rede de comunicação entre os povos;
- fortaleceremos um caminho comum na luta contra o Marco Temporal e todas as leis de morte;
- fortaleceremos a consciência política de nossas comunidades, compreendendo quais são os projetos aliados e inimigos, e endossando iniciativas que

realmente transformem a estrutura política do país à luz de nossos próprios caminhos;

- estreitaremos a aliança entre povos indígenas, movimentos sociais e aliados de forma permanente;
- fortaleceremos as instâncias de Direitos Humanos e outras que possam garantir nossos direitos e as aproximaremos de nossas retomadas.

Exigimos:

- Que os embargos do Tema 1031 sejam julgados e que, com este julgamento, sejam garantidos plenamente nossos direitos constitucionais e territoriais;
- que sejam abandonadas as interpretações perversas sobre a indenização, e que seja definido que qualquer iniciativa neste sentido seja feita em autos apartados, sem ferir nem condicionar o procedimento de demarcação, a posse imediata dos povos a seus territórios;
- que, neste sentido, a Advocacia-Geral da União (AGU), em cumprimento de sua missão institucional, defenda os direitos dos povos indígenas e oriente a ação do Executivo na direção da plena e efetiva demarcação de nossos territórios, tendo como referência a Constituição Federal e evitando o pagamento pela terra nua de terras que já são da União. Que seja finalmente revogado também o Parecer 001/2017, da AGU;
- que as instâncias de governo onde nossos parentes estão participando defendam integralmente nossas reivindicações e garantam que nossos direitos sejam preservados;
- que sejam imediatamente revistas as posições presentes nos votos do STF quanto ao julgamento de inconstitucionalidade da lei 14.701/2023, em especial na criminalização de nossas retomadas, permitindo que o Estado despeje parentes até mesmo sem o direito ao contraditório. O Estado não pode punir as vítimas pela negligência histórica do próprio Estado.
- que, em momentos de ataques a nossas retomadas, a Funai e o Estado tenham uma ação mais efetiva e presente, em justo tempo;
- que sejam qualificados e presos nossos agressores e garantidas a segurança de nossas comunidades e a plenitude de nossas vidas
- que haja imediata defesa Jurídica de nossas lideranças criminalizadas e uma real proteção aos Defensores de Direitos Humanos protegidos pelos programas Estaduais e Nacionais.

“A luta é contínua, a terra é sagrada”: lideranças indígenas de onze estados relatam a realidade de seus povos

Suas histórias vêm de territórios distantes entre si, mas carregam o mesmo peso: ameaças, criminalização e uma resistência que não recua

Por **Hellen Loures** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No final de fevereiro de 2026, lideranças indígenas de onze estados se reuniram no extremo sul da Bahia para mais do que um encontro – para uma partilha de lutas, estratégias e determinação. As páginas anteriores trouxeram o contexto e os desdobramentos do evento. Agora, nas páginas a seguir, são as próprias lideranças que falam.

Relatos de quem não pode sair à rua com um cocar sem risco de vida; de quem vê e ouve o próprio território sendo consumido – “em vez de som da natureza, eu durmo com o som de motosserra, não querendo me acostumar, mas sendo forçada”, disse Arlene Pyhcop, liderança Gavião; de quem carrega parentes feridos na rede porque carro não chega até a aldeia; e de quem vê os jovens sendo levados pelo desespero – “temos jovens indo para a bebida, suicídios, é triste”, relatou Uina Boe Bororo. São também falas de quem não desiste: “vencido, até agora? Nunca”, afirmou Eva Canoé.

De Rondônia ao Maranhão, de São Paulo à Bahia, as ameaças se acumulam e se sobrepõem – agronegócio, mineração, especulação imobiliária, milícias – mas o núcleo é o mesmo: a terra. E a recusa em abrir mão dela também.

“As lideranças estão sendo mortas. É, de fato, real, é intenso”

ARLENE PYHCOP CATIJI GAVIÃO, (MA)

O povo Gavião, que é o meu povo, tem um histórico grande de conflitos entre os indígenas e não indígenas, principalmente por causa de extração de madeira ilegal.

Esse conflito, ele é bem intenso, com mortes. E, hoje em dia – eu acho que desde 2014 – o povo Gavião sofreu bastante por causa da extração de madeira, invasão. Agora, apareceram carvoeiros que estão fazendo carvão dentro do nosso território.

As lideranças estão sendo mortas. É, de fato, real, é intenso. E, hoje, eu não posso mais andar dentro do meu próprio território, senão eu vou ser achada morta em algum lugar, com outras lideranças. Eu não posso sair sozinha para a cidade, porque, senão, eu vou ser achada morta no meio da rua, como as lideranças são. E é muito difícil eu falar disso.

Em vez de som da natureza, eu durmo com o som de motosserra. Não querendo me acostumar, mas sendo forçada a me acostumar.

E estamos recebendo ameaças de drones também. Toda noite ficam dentro da nossa aldeia. E a gente é vigiado pelos madeireiros quase vinte e quatro horas por dia. Tá cada vez mais comum e ninguém faz nada.

E eu reforço muito o trabalho de conscientização do povo. Porque, como liderança, a gente tem um papel dentro do nosso povo. Nós, indígenas, a gente tem que ter uma visão ampla e saber o que envolve a gente. Nós temos que nos organizar como indígenas. Buscar conhecimento, expandir o nosso conhecimento. Se possível, traduzir na língua. Fazer manuais e traduzir na língua. Como fazer documento? Como



Encontro Nacional de Lideranças Indígenas na Bahia, fevereiro de 2026

eu vou fazer um ofício, por exemplo? Como que eu vou fazer um requerimento? Como que eu vou fazer uma ata de uma reunião, entendeu? A gente tem que ter essa visão de liderança e conscientizar a nossa comunidade.

Porque alguns ainda têm essa visão de que indígena não entende isso, que indígena tem que ter uma representação. Eu tenho que saber argumentar. Eu tenho que saber dançar a dança do branco para poder dançar com ele. Porque, se eu não souber argumentar, como é que eu vou convencer? Como é que eu vou chegar lá no deputado? Meu povo precisa entender como é que os brancos falam através de documento. Através de documentos que eles se comunicam. Já nós, indígenas, a nossa cosmologia é muito diferente.

“Nosso maior desafio é esse projeto da morte, a mineração em terras indígenas”

ANA CLÁUDIA MURA, PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS MURA DE CAREIRO DA VÁRZEA – OLIMCV, (AM)

Nosso povo vive um desafio muito grande. O maior desafio que nós enfrentamos dentro do nosso território são as ameaças contra as lideranças. Eu vi aqui um juvenzinho, não tão jovem, e ele já sofreu duas ameaças. Eu também não sou tão velha, mas eu já sofri várias ameaças terríveis, mas mesmo assim eu estou aqui.

Eu creio que nenhum de nós temos que abaixar a cabeça para os nossos inimigos. Temos que ficar firmes, fortes. No nosso território, nós enfrentamos vários desafios, como ameaças de lideranças, ameaças de madeireiros, ameaças de fazendeiros, de caça, pescas ilegais, porque dentro do nosso território acontece isso.

Temos também o nosso maior desafio, esse projeto da morte, como nós chamamos, que é a mineração em terras indígenas.

Eu creio que nós somos de povos diferentes, mas a nossa luta é uma só. A partir do momento que essa mineradora chegou em nosso meio, em nosso município, foi um conflito muito grande que aconteceu em nosso território.

A primeira coisa que aconteceu foi a divisão do nosso povo. Nós temos dois municípios, Autazes e Careiro da Várzea, e um povo só. Nós não temos culpa do governo ter dividido o nosso local em dois municípios.

Mas foi uma divisão, foi um conflito muito grande que a gente viveu e está vivendo com essa separação do nosso povo. E quando essa mineradora chegou, ela chegou cooptando as nossas lideranças. Isso foi uma coisa muito grave para a gente, muito cruel, porque a gente era um povo unido, vivíamos juntos ali na luta.

E sempre nós lutamos por saúde, educação, demarcação dos nossos territórios. E hoje, os nossos parentes que ficaram do outro lado, como a gente fala, que não são da resistência, eles só pensam em ganância, em dinheiro, e com isso vem matando a nossa cultura, destruindo o nosso povo.

Então isso é uma coisa que deixa a nossa luta fracassada, quando a gente vê o nosso povo se dividindo, tudo por causa de uma maldita mineração de uma empresa que chega em nosso território invadindo, tirando a dignidade, tirando o recurso que a gente tem.

E para nós, indígenas Mura daquela região, nós não precisamos de mineração para viver. Nós precisamos do nosso território livre, precisamos da nossa floresta, precisamos da nossa mãe terra para nós sobreviver.

Porque é da nossa mãe terra que nós tiramos os nossos alimentos, os nossos sustentos. Hoje eu estou aqui, falando em nome do povo Mura, de Careiro da Várzea e Autazes. Amanhã ou depois eu não sei nem sequer se eu vou chegar em meu território. Eu sou avó de cinco netos. Eu não sei se os meus netos vão conseguir ver ainda um peixe, uma caça, porque do jeito que está vindo o empreendimento para o nosso lado, nada está fácil.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Enquanto a gente está aqui reunido, falando, os governos estão lá fora aprovando lei para tirar nossos direitos, tirar o nosso sustento.

E o que mais nos deixa triste, falando aqui um pouco do povo de Soares, que é o foco onde está acontecendo a mineração lá na Terra Indígena Soares, o povo que está lá é um povo bem sofrido que está em cima daquele território. Não é fácil você nascer, crescer e se criar dentro do território e de uma hora para outra chegar uma mineradora tentando te expulsar do teu território, te ameaçando de morte. Então, a gente vem para esses encontros justamente para buscar força, buscar apoio, para se fortalecer nesse momento em que nós estamos precisando. E com tudo isso que a gente vive, hoje me deixa triste, como presidente de organização.

Quando a gente chega em algumas aldeias hoje, o povo está quase se dividindo, justamente porque eles vêm ouvindo as falas dos não indígenas dizendo: 'eu vou te levar melhoria', 'eu vou levar um empreendimento para a tua comunidade', 'tu vai ter uma educação de qualidade', 'tu vai ter uma saúde de qualidade'. Isso é somente mentira. Eles estão enganando o nosso povo.

Tudo isso é a realidade do nosso povo. A gente passa várias dificuldades, temos vários desafios, mas nós também temos conquistas com o nosso povo, através de muitas lutas. Eu creio que a nossa maior conquista é a nossa coletividade do movimento. Hoje a gente consegue se organizar com as nossas lideranças. Nós nos organizamos através de assembleias, reuniões, no coletivo e vamos à luta.

“Se o governo não fizer a nossa demarcação, então, nós vamos fazer”

ROSIVAL TUPINAMBÁ,
TI TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA (BA)

Estamos aqui para dar apoio a vocês e também levar apoio. Não tem diferença de vocês para a gente, é a mesma coisa. O que nós estamos esperando? A nossa demarcação!

A portaria já está assinada, o documento já está assinado. Mas muita coisa a resolver: tem uns empresários que estão lá dentro, tem muitos areas que estão lá dentro. E o que é que eles dizem? 'Eu só vou sair daqui quando eu receber a minha indenização'.

E a gente está inseguro. A gente não pode dar mais um passo para a frente. É como diz o velho ditado: 'a gente tem que dar dois passos para trás para dar três para a frente'. Então, nós estamos acuados lá dentro. Mas é o que o parente dizia: a gente parou, mas a gente não tem medo. Nós indígenas, nós caciques, nós não temos medo. Se o governo não fizer a nossa demarcação, então, nós vamos fazer.

“Os brancos tacaram fogo dentro da nossa terra, nos ameaçando”

UINA BOE BORORO,
LIDERANÇA DA TI TEREZA CRISTINA (MT)

No meu território sofremos com o agronegócio cada vez mais se aproximando. Coisa triste, porque joga veneno na soja, contamina os peixes e dá muita doença que antes não tinha. E isso está afetando muito nossa comunidade.

Tem uma terra reivindicada dentro do meu território que nunca tivemos resposta sobre ela. Vamos sempre a Brasília, mas nunca chegou o momento que fala: "hoje vocês vão tomar posse dessa terra". E, a cada demora, vai entrando loteamento.

Ano passado, os brancos tacaram fogo dentro da nossa terra, nos ameaçando, mas nós, mulheres, temos uma associação das mulheres e formamos o projeto brigada das mulheres e, [por meio dele], conseguimos apagar aquele fogo antes que atingisse as ervas medicinais e toda a madeira.

Então, nós sofremos muita pressão. E nós não podemos parar de lutar, porque nossos jovens, nossos filhos, têm que conhecer nossa história, nós moramos aqui em nossa história.

Por isso que nós estamos aqui, lutando, e nós vamos lutar todos juntos. Nós estamos aqui, cada um povo diferente, mas nossa situação é uma só, nosso problema é um só.

“Mesmo com sua terra demarcada, ainda assim se perde a vida”

SIMÃO GUARANI KAIOWÁ, COORDENADOR DA ATY GUASU
- GRANDE ASSEMBLEIA DOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ (MS)

Eu percebo que essa violência que ocorre na Bahia, com os parentes Pataxó, é o mesmo que ocorre com nós, não tem diferença. Porque os ataques estão acontecendo mesmo com a terra publicada e declarada, e os indígenas sofrem essa perseguição e criminalização.

É a mesma situação nossa, Guarani-Kaiowá, que mesmo com sua terra demarcada, ainda assim perde a vida por estar ocupando o seu espaço, o seu território.

De um modo geral, a gente não vê diferença nenhuma na luta de cada um dos povos que lutam pelo seu território. A gente vê o povo Munduruku fazendo mobilização. Então, a luta não está sendo fácil. Tenho certeza que uma das pessoas lá está sendo criminalizada por fazer esse ato, por fazer essa mobilização de defender o seu território.

O governo teria que olhar melhor para não acontecer todo esse conflito e a perda das nossas lideranças, do nosso povo. Teria que enxergar e demarcar o mais rápido possível, sair do papel, porque, muitas vezes, ele suspende a homologação ou suspende a portaria declaratória por interesse dos fazendeiros, por interesse de capital.

E nós, que temos terra, nossas terras são devastadas. A gente não tem mais mata, a única que a gente está preservando é a nossa terra, é a nossa vida. Se a gente tem terra, a gente garante a nossa vida em liberdade. Se a gente não tem terra, não há saúde, não há educação, não há vida de qualidade.

Eu vejo que os parentes Pataxó estão preservando bastante, até por isso que estão sendo perseguidos. Foi invadido o seu território, foi desmatado, mas o que restou eles estão querendo proteger e, ainda assim, estão sendo criminalizados.

“Quero aprender com os mais velhos, aprender na luta, lutando”

NAÔ XOHÃ PATAXÓ,
TI BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL (BA)

Nós temos que continuar porque a luta é contínua. Nossos velhos se cansaram, muitos já se foram, mas tem parente com 80, 90 anos que ainda estão aqui, e a gente agradece muito por isso, porque ele está aqui ainda dando voz, nos orientando, nos mostrando como devemos trilhar. Hoje – eu estou com 51 anos –, já aprendi um pouco com eles e ainda tenho muito a aprender para passar para os meus jovens que estão vindo. E assim vai essa luta contínua, em busca de espaço e liberdade.

Mas a gente precisa ter cuidado. Não devemos tomar decisões precipitadas. Nosso povo é da luta, mas tudo precisa ser pensado, articulado, conversado com os

caciques. Porque o que a gente não quer é perder guerreiros na luta. E a luta de retomada, quando a gente vai com ação direta, é como entrar no campo, no jogo. E, quando se perde um parente, o jogo quase fica perdido – fragiliza muito aquele momento. Então, nós precisamos continuar o jogo, ainda em busca do prêmio da vitória, que é o nosso território.

Hoje, como representante do território, como vice-presidente do Conselho de Cacique, quero aprender com os mais velhos, aprender na luta, lutando, vivendo e aprendendo, e assim vamos em frente.

Eu quero perguntar aos parentes dos outros territórios: como está a luta de vocês? Continua no campo de batalha, naquela luta violenta que nós enfrentamos aqui? Aqui, em 24 anos, foi direto, um ataque direto. Começou com a pistolagem das propriedades, depois passou para o Estado, os milicianos. Aí gerou um embate direto com o Estado.

“Lá não entra carro nem moto – parente doente a gente carrega na rede”

GABRIEL PANKARARU,
ALDEIA FILHOS DESSA TERRA (SP)

Moro na Aldeia Indígena Multiétnica Filhos Desta Terra. É uma reserva nova, ainda não foi demarcada.

Nossa luta, no começo, foi para limpar onde a reserva é localizada hoje, porque antigamente era um aterro sanitário, então o nosso povo vem sofrendo por isso. É um buraco e, para todo lado que você olha, tem serra. Lá embaixo não entra carro, não entra moto, então, ali, para a gente carregar um parente machucado, doente, a gente tem que carregar na rede.

A gente também vem sofrendo com a questão da saúde. A gente conseguiu uma médica para atender dentro da aldeia, mas a gente não tem recurso para montar um espaço, por exemplo, para ela nos ajudar a fazer o atendimento com as mulheres, que é um atendimento mais privado.

“Eu não estou pronta para morrer agora”

CACICA ROSIANIA KANELA,
TI KANELA DO ARAGUAIA, MUNICÍPIO DE LUCIARA (MT)

A nossa luta, de todos nós que estamos aqui presentes, é por território, é por dignidade. Nós somos terra, nós somos a árvore, nós somos a água, nós somos o pássaro e nós somos a caça. E nós buscamos, em cada movimento que vamos, nós buscamos o respeito, nós buscamos sobrevivência.

Povo Tapirapé tem terra demarcada desde 1998 e até hoje está sem desintrusão. Também temos o povo Krenak esperando por uma revisão de limites do território que ficou de fora. Tem o povo Juruna, com homologação em 2023, mas sem andamento. Xerente, aguardando demarcação das glebas públicas. Tapirapé Karajá, há anos aguardando revisão de território. Povo Xavantes, aguardando desde 2012 a revisão dos locais que ficaram de fora. Canela do Araguaia, aguardando o estudo do GT.

O povo Canela do Araguaia sofre muito, porque nós não temos acesso. Lá na minha aldeia, tive que aprender a fazer de tudo: eu sou agente de saúde, eu sou enfermeira, eu costuro, tiro barro, faço de tudo que for preciso. É minha responsabilidade com o meu povo.

Sou também acompanhada, devido a ameaças, tenho que dar satisfação para sair, sofro pressões de drones quando estou dentro da comunidade. Não é fácil. Me sinto oprimida dentro da minha comunidade, não posso fazer uma caminhada no meu território. Eu não estou pronta para morrer agora.

Será que serão meus filhos e meus netos que vão seguir com essa luta? Há cinco anos eu sou cacique, mas desde antes de ser cacique eu luto pelo território, pelos nossos direitos, pela família.

A luta é de todos nós. Vim aqui compartilhar a experiência, buscar experiência do nosso povo e ouvir cada um falar, porque eu sei da importância da nossa luta. Apesar de ser regiões diferentes, a nossa luta é a mesma: é o território, é o respeito, é o direito de ir e vir, o direito de sair na rua de cocar e ser respeitado.

“36 anos não são 36 dias – nós sofremos para conquistar nossa terra”

TIBIRIÇÁ PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE,
 TI CARAMURU-CATARINA PARAGUASSU (BA)

A luta é difícil, a luta é pesada, mas o indígena não desiste, certo? A gente está aqui para lutar. Nós também sofremos. Sofremos por 36 anos para conquistar a nossa terra. E 36 anos não são 36 dias. Mas, graças a Deus, agora nós temos uma placa. Eu fico sentindo com tudo que passamos, mas, por outro lado, eu sinto alegria, porque nossa terra foi demarcada, a nossa terra já está em nossas mãos.

“Nossas raízes estão plantadas nesse chão”

AGAMENON TOÁ,
 CACIQUE DO POVO KRAUNÁ, TERRITÓRIO XINGÓ/KAMPIÓ (AL)

Esse modelo de movimento que a gente sonha ter, um movimento forte, um movimento que seja unificado é o que eu ouvi aqui bastante, na fala de todos: que o movimento é estar em permanente conexão de pessoas, como neste encontro de lideranças. Tem liderança aqui muito bem representada de cada estado, de cada região. Então, isso é um modelo de organização.

Nossas raízes vão profundas, elas vão muito mais profundas do que se imagina, do que se fala, do que se discute, então a gente tem que valorizar nossas raízes. Nossas raízes estão plantadas onde? Nesse chão. E se a gente não olhar para as nossas raízes, ficar olhando para a árvore geológica construída para cima, a gente vai ficar besta, procurando para onde não tem nada. A terra Pataxó é a terra das raízes dos Pataxó. As raízes que estão plantadas aqui de quantos mil anos? De muitos mil anos. E isso nós não podemos perder, a referência das nossas raízes tem que ser garantida para as gerações que a gente nem sabe a fisionomia ainda. Por quê? Porque quem estava aqui, nos anos atrás, que enfrentou o sistema, eles não estavam defendendo aquela terra só para eles. Eles sabiam que a gente estaria aqui um dia. E nós temos que saber que vai ter Pataxó aqui, daqui a mil anos, depois de uma vida.

Temos que lutar!

É energias renováveis, uma série de empreendimentos, aí vem mineração, é ameaça com os minerais críticos, que saiu de fora do Brasil há alguns dias negociando as terras raras... A gente vai ter que estar mais por dentro. Por dentro dessa história de protocolo, mais do que nunca, porque quem vai ter que elaborar esses protocolos somos nós mesmos. É pegar quem já tem experiência e pensar como a gente quer fazer nossos protocolos. E a questão também dos regimentos internos de gestão territorial, a gente já tem que começar a pensar nesse regimento interno sobre gestão territorial, mesmo com a terra sendo identificada.

E depois da terra demarcada? Vai ficar negociando para arrendamento, para exploração? São preocupações mais do que necessárias que devemos ter. É levar isso para dentro da sala de aula, para dentro da escola.

Conversas que devem ser utilizadas como direção, buscando mudar a história das nossas raízes, dos nossos antepassados, que tiveram essa preocupação antes de ter o papel.



Foto: Tiago Miotto/Cimi

“Vencido, até agora? Nunca!”

EVA CANOÉ, CONSELHEIRA DA ORGANIZAÇÃO
 DOS POVOS INDÍGENAS DE RONDÔNIA, NOROESTE DO MATO GROSSO
 E SUL DO AMAZONAS – OPIROMA, (RO)

Nossa luta não começou hoje, nossa luta começou com a invasão do Brasil e, desde então, nós não tivemos paz. Nós perdemos essa paz, porque o homem branco, ele pisou firme, mas tão firme, não só no nosso território, mas na alma do nosso povo, na nossa alma até hoje.

Todos nós que aqui estamos – homens, mulheres, anciãos, jovens, que são o futuro –, se a gente não começar agora, o amanhã nós não temos tanta certeza. Nem o governo, durante mais de cinco séculos, nunca, mais de nunca mesmo, fez alguma coisa por nós, povos indígenas. Tudo que nós conquistamos até hoje é fruto de luta, e muita luta, muito sangue derramado, muitos parentes tombados, não só parentes, mas nossos aliados também.

Então, nós somos um povo guerreiro, um povo resistente, e nós estamos aqui lutando, lutando, lutando, e a nossa luta continua. E uma outra coisa que eu vejo é que nós, como povos indígenas, nós somos um povo muito resistente, porque nós estamos aqui resistindo há séculos. Quais são as formas que resiste tanto quanto nós? Nós somos humilhados, perseguidos, reduzidos, mas temos uma força muito grande. Vencido, até agora? Nunca!

E eu espero que nós continuemos. Esses dias, o meu marido disse assim: “será que os nossos bisnetos vão ter a mesma força que nós temos hoje, já que nós falamos tanto que a juventude é o nosso futuro, é a continuação da nossa história? Será que os nossos jovens vão mesmo continuar? Será que, no futuro, nós vamos ter território indígena? Será que nós vamos ter terra demarcada? Ou será que tudo isso vai virar cimento?”. Eu não soube responder.

Por que ele estava pensando nisso? Porque nós temos um problema muito sério no estado de Rondônia, principalmente na minha região. É um dos maiores desafios lá. Muitos frequentam a religião evangélica e, como evangélicos, eles não têm todo esse discernimento de lutar pelo nosso território. Eles querem território, mas ir para luta, praticar as nossas culturas, tudo isso é pecado. E, com o consentimento da Funai, na época, os evangélicos chegaram lá e começaram a fazer um trabalho para fazer uma lavagem cerebral do nosso povo. Eles aprenderam a falar a língua fluentemente. Uma das coisas que mantém o povo é a língua. Eles são muito falantes da língua, lá todas as crianças são falantes da língua.

Eu, particularmente, respeito a escolha de todos os parentes, porque nós temos o direito de escolher, mas,

como indígena, eu não posso acreditar numa religião que vem para matar a sua. Porque nós temos a nossa espiritualidade, cada povo tem sua espiritualidade, sua especificidade, e todos nós tínhamos nosso Deus antes dessa invasão.

Um outro desafio também é o problema da retirada de madeira ilegal. E, há uns dois anos, começou o problema sério da soja. Não tinha soja na nossa região, agora, já chegou e está bem próxima da terra indígena, que está cercada. Primeiro fazenda, agora com soja.

Mais uma coisa boa que eu quero compartilhar é que, há uns dois anos, nós conseguimos lá na terra do Laje fazer com que o rio Laje fosse reconhecido legalmente como sujeito de direito. É o primeiro rio do Brasil reconhecido como sujeito de direito. Isso significa que ele tem o mesmo direito que nós temos. Ele precisa ser protegido, ele precisa ser defendido, porque água representa vida, sem água ninguém vive.

E uma outra conquista é que, além de todo esse processo que nós enfrentamos, nós temos a nossa organização, que está nessa luta, que é a nossa luta coletiva. Quando eu vou participar de algum encontro, a defesa do direito territorial, ela tem que ser coletiva para todos os povos indígenas do Brasil. E, quando o governo demarca o território, ele não está fazendo nenhum favor, ele está cumprindo com o dever, uma dívida impagável que o Estado brasileiro tem com o nosso povo. Porque jamais vão trazer de volta os povos que foram dizimados, as línguas que foram dizimadas. A maior parte do meu povo, que também foi massacrada, eles não vão trazer de volta. Então, é uma dívida, e cada vez que o Brasil, o Estado brasileiro, deixa de demarcar o território, a dívida dele conosco só aumenta.

E uma outra coisa que eu estava refletindo é que, quando se fala de retomada, na minha concepção, nós estamos recuperando aquilo que nos pertence, porque povos indígenas não invadem. Ele só busca recuperar aquilo que foi tirado e que é sagrado para cada um de nós, que é o nosso território. Então, essa é a minha concepção.

Uma outra coisa é que não existe indígena desaldeado. Existe indígena com seus territórios roubados. E não somos nós que invadimos a cidade, muito pelo contrário, foram as cidades que chegaram e que continuam chegando até nós. E lutar por nosso direito é direito de todos nós.

Porque um ser civilizado, ele não mata, ele não rouba, ele não oprime, ele não mente, ele respeita. Ele respeita a diferença cultural. Ele sabe o espaço dele. E, como indígena e como cidadã, todos nós sabemos que o meu direito começa quando termina o seu. E o seu direito começa quando termina o meu.

Nós temos as nossas dificuldades, os nossos desafios são muitos, mas também nós temos uma das nossas maiores conquistas: a nossa própria resistência

Aldeia Guarani denuncia falta de escuta em estudo de impacto ambiental de megaprojeto da CMPC no RS

Expansão da multinacional chilena de processamento de celulose na Região Metropolitana de Porto Alegre ignora direitos indígenas e amplia riscos ambientais

Por **Clara Aguiar**, Brasil de Fato

A aldeia Guarani Tekoá Pindó Mirim, localizada em Itapuá, distrito de Viamão (RS), denuncia o que classifica como uma série de irregularidades no processo de licenciamento ambiental do megaprojeto de celulose da empresa chilena CMPC (Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones), previsto para ser instalado no município de Barra do Ribeiro, às margens do Guaíba. Segundo a comunidade, o estudo de impactos ambientais sobre os povos indígenas da região não foi realizado de forma adequada, além de haver tentativas de pressão financeira sobre lideranças indígenas para viabilizar o empreendimento.

A denúncia se refere à etapa do licenciamento que trata da componente indígena, fase obrigatória para a concessão da Licença Prévia ambiental. De acordo com Gabriela Pereira da Silva, que representa a Tekoá Pindó Mirim, a comunidade não foi devidamente ouvida e decidiu se retirar do processo de negociação após identificar práticas que considera incompatíveis com seus direitos.

“Nosso ancião, Agostinho Wera Moreira, que nos guia com seu conhecimento, está preocupado com o futuro das crianças. A gente quer deixar bem claro: a empresa está tentando nos comprar. Está oferecendo muito dinheiro. Disseram: ‘podem pedir quantos milhões vocês quiserem’. E nós queremos deixar registrado que a gente não se vende. A vida não se negocia”, afirma.



A denúncia se refere à etapa do licenciamento que trata da componente indígena, fase obrigatória para a concessão da Licença Prévia ambiental

Segundo ela, a oferta financeira foi prontamente rejeitada pela comunidade, que afirma não aceitar qualquer tipo de compensação econômica em troca do território, da água e do modo de vida tradicional: “O bem-estar das nossas crianças não tem preço. Nós não vamos trocar o nosso ar, a nossa água, a nossa terra por nenhum dinheiro no mundo. Eles podem continuar oferecendo milhões e bilhões, mas nós, da aldeia Pindó Mirim, não vamos nos vender”, reforça.

Estudo “raso” e feito às pressas, denuncia comunidade

Conforme Silva, a escuta da Tekoá Pindó Mirim no processo ocorreu apenas na fase final do licenciamento, quando a comunidade teve acesso a um relatório prévio de impactos elaborado pela empresa. “A CMPC

entregou um relatório prévio que fizeram em 15 dias, de forma corrida e sem estudo nenhum”, relata.

Ela afirma que o documento foi classificado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como superficial, apressado e sem fundamento técnico, já que não houve visitas às aldeias nem escuta direta das comunidades afetadas. “Não existe um estudo sério e aprofundado. É um relatório raso, superficial, que esconde os impactos reais. Eles falam de poeira, de tráfego de caminhões, mas não falam do que realmente importa”, critica.

Silva ressalta que um empreendimento dessa magnitude – já considerado como o maior projeto de celulose da história do Rio Grande do Sul – pode trazer impactos severos e irreversíveis sobre o território, a água, o ar e o modo de vida das comunidades indígenas.

Quem é a CMPC e o que prevê o empreendimento

A CMPC é uma multinacional chilena com mais de 100 anos de atuação no setor de celulose, papel e produtos florestais. Presente em diversos países da América Latina, a empresa opera no Brasil desde 2009, quando adquiriu a unidade industrial de Guaíba (RS), hoje considerada a maior indústria do estado em valor econômico. Principalmente a partir do eucalipto, a empresa produz cerca de 2,4 milhões de toneladas de celulose por ano.

Sem consulta, não há legitimidade, mas há violação de direitos

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul aponta impactos socioambientais, violação do direito de consulta e riscos ambientais relacionados ao projeto de expansão da multinacional chilena Companhia Manufacturera de Papeis e Cartões (CMPC), no município de Barra do Ribeiro, na Região Metropolitana de Porto Alegre, às margens do rio Guaíba, no Rio Grande do Sul (RS), atualmente em processo de licenciamento ambiental.

As análises da entidade foram reunidas em Nota Técnica enviada em 13 de fevereiro de 2026 ao Ministério Público Federal (MPF), à Defensoria Pública da União (DPU), à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/RS) e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A entidade destaca pelo menos quatro pontos que não podem ser ignorados na instalação da papeleira:

Ponto central e juridicamente obrigatório

O documento ignorou a necessidade de realização da consulta livre, prévia e informada aos povos Mbya Guarani e Kaingang, conforme determina a Convenção nº 169 da OIT e o artigo 231 da Constituição Federal.

Sem consulta, não há legitimidade. Sem consulta, há violação de direitos. A consulta não é formalidade burocrática. É garantia constitucional. É dever do Estado. É condição para qualquer decisão que afete povos indígenas.

Empreendimento de alto impacto

A expansão industrial da CMPC prevê aumento expressivo da capacidade produtiva de celulose no Rio Grande do Sul e, com isso, ampliando:

1. O consumo de recursos hídricos;
2. A pressão sobre o bioma Pampa;
3. A expansão de monoculturas de eucalipto; e
4. A geração de efluentes industriais e emissões atmosféricas.

A indústria de celulose é reconhecida internacionalmente como atividade de elevado impacto ambiental, envolvendo uso intensivo de água, geração de resíduos químicos e riscos associados a compostos tóxicos do processo industrial.

Em audiência pública realizada em Barra do Ribeiro (RS), notou-se que a empresa não enfrenta adequadamente os impactos cumulativos e territoriais desse modelo produtivo, especialmente em um estado já marcado por conflitos fundiários, estiagens recorrentes e fragilidade hídrica.

O Pampa não é vazio demográfico

O bioma Pampa não é território disponível para homogeneização industrial. É ecossistema único no Brasil, com biodiversidade própria e importância estratégica para a segurança hídrica.

Além disso, é território de povos indígenas, comunidades tradicionais e populações rurais que mantêm vínculos históricos e culturais com essas terras. Ignorar isso é perpetuar uma lógica colonial de desenvolvimento.

Desenvolvimento não pode significar violação de direitos

1. Não há desenvolvimento legítimo sem respeito aos povos indígenas;
2. Não há licenciamento válido sem consulta prévia;
3. Não há sustentabilidade quando direitos constitucionais são desconsiderados;
4. A ausência de consulta compromete a validade jurídica do processo e pode configurar grave violação de tratado internacional ratificado pelo Brasil.

Requeremos

1. Suspensão imediata de qualquer avanço no licenciamento até a realização da consulta livre, prévia e informada;
2. Atuação firme do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União;
3. Transparência total sobre os impactos ambientais e territoriais do empreendimento; e
4. Debate público amplo na Assembleia Legislativa do RS, nos bairros de Porto Alegre e municípios vizinhos.

O desenvolvimento econômico não pode se sobrepor aos direitos fundamentais dos povos indígenas, à proteção dos ecossistemas e à integridade dos territórios tradicionais. “A ausência de consulta adequada e os impactos socioambientais descritos demandam atenção imediata das autoridades competentes”, aponta a entidade indigenista.

No Rio Grande do Sul, a empresa administra centenas de milhares de hectares de áreas florestais, grande parte destinadas à monocultura de eucalipto. Em 2024, a CMPC e o governo estadual firmaram um protocolo de intenções para o chamado Projeto Natureza, que prevê a instalação de uma nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, com investimento estimado em até R\$ 24 bilhões, considerado um dos maiores da história do estado.

No mesmo ano, o governo do estado entregou à empresa o Termo de Referência para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), etapa que orienta o licenciamento do empreendimento, cuja capacidade prevista é de até 2,5 milhões de toneladas anuais, além da implantação de infraestrutura viária e portuária.

Risco de contaminação

Entre as principais preocupações está a contaminação do Guaíba. A comunidade teme o despejo de efluentes industriais e a ausência de informações claras sobre o tratamento dos resíduos químicos. “Os dejetos vão para o Guaíba. Não existe tecnologia capaz de retirar o veneno da água depois. Sem água, a gente não existe”, alerta Silva.

Ela também cita problemas respiratórios, chuva ácida e doenças recorrentes observadas em regiões próximas a fábricas de celulose, como em Guaíba, onde funcionou a antiga Borregaard. “Se corrói lataria de carro, imagina o nosso pulmão”, questiona.

Silva afirma que aceitar recursos financeiros hoje significaria condenar as crianças a um futuro de doenças, perda cultural e escassez. “Os adultos podem até usufruir do dinheiro, mas as crianças vão herdar a falta de água, de terra, de cultura. Sem território, não existe povo Guarani.”

A comunidade anunciou que está construindo um caminho jurídico próprio, buscando apoio de ambientalistas, antropólogos, técnicos e organizações parceiras, além de investir em uma campanha de visibilização pública da denúncia. “O momento de agir é agora. Quando começarem a cair mortos, não vai ter mais o que fazer”, afirma, lembrando que, para os povos originários, a natureza responde às violações humanas.

“Quando a última árvore cair, o último rio for envenenado, aí vão entender que o dinheiro não se come, não se bebe e não se respira. A gente sabe que uma empresa desse porte, eles não mostram como que eles vão tratar esses resíduos que muitas vezes são químicos, que são um veneno para nós, pros peixes, para todos os seres vivos. Então vai ter impacto direto na água, no solo, na terra, no ar. Eles têm uma chaminé que vai vir diretamente, toda a fuligem e a fumaça vai vir direto para nós em Itapuã e para o território Ponta da Formiga, na Barra do Ribeiro”, diz.

Os impactos já estão sendo sentidos antes mesmo da instalação da nova fábrica. Conforme relata Silva, há mais de sete anos a empresa mantém plantações de eucalipto na região. “São mais de 71 fazendas, milhares de hectares de monocultura. O eucalipto seca o solo, seca os rios, agride a terra. A gente já sente o impacto climático, tudo desregulado”, pontua.

Histórico de violência

A desconfiança da comunidade também se baseia no histórico da empresa. Gabriela afirma acompanhar denúncias envolvendo a atuação da CMPC em território Mapuche, no Chile, onde há registros de conflitos, contaminação ambiental e perseguição a lideranças indígenas.

As florestas industriais da CMPC ocupam grande parte do território tradicional Mapuche no sul do Chile. A expansão dessas plantações começou em grande escala nas décadas de 1970–1990, na época com apoio do Estado chileno, sob a ditadura de Pinochet, em terras que antes eram ocupadas por comunidades Mapuche, conforme estudos sobre conflitos relacionados à monocultura de eucalipto no Chile.

O Brasil de Fato entrou em contato com a CMPC e com o governo do Rio Grande do Sul para solicitar posicionamento sobre as denúncias apresentadas pela comunidade Guarani Tekoá Pindó Mirim. Até o fechamento desta reportagem, não houve retorno.



Fábrica de celulose da CMPC em Guaíba no Rio Grande do Sul

Recomendação federal pede interrupção imediata de projeto bilionário até que comunidades tradicionais sejam ouvidas

Por **Marcela Brandes**, Brasil de Fato

O Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação formal solicitando a suspensão imediata do processo de licenciamento ambiental do chamado “Projeto Natureza”, uma nova unidade fabril de celulose da multinacional CMPC a ser instalada no município de Barra do Ribeiro (RS). A medida ganha novo peso com a recente divulgação de uma nota técnica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul, enviada ao próprio MPF, à Defensoria Pública da União, à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura e à Assembleia Legislativa gaúcha.

Segundo a entidade indigenista, o projeto, tal como está estruturado, ignora direitos fundamentais dos povos originários e amplia riscos ambientais significativos que afetam a região Metropolitana e o ecossistema do bioma Pampa.

Tanto o órgão ministerial quanto o Cimi sustentam que o licenciamento não pode prosseguir sem que seja garantida a Consulta Livre, Prévia e Informada às comunidades Mbyá Guarani e Kaingang, um direito assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo artigo 231 da Constituição Federal.

O MPF orientou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) a não aceitar o Estudo do Componente Indígena apresentado pela empresa, nem considerar reuniões informais como substitutas da consulta formal, sob o risco de tornar nulas as licenças prévias que venham a ser concedidas sem a devida oitiva das comunidades afetadas.

O direito fundamental à escuta

O cerne da controvérsia reside na interpretação da consulta aos povos tradicionais. De acordo com o documento técnico do Cimi, a consulta não deve ser tratada como uma mera formalidade burocrática, mas como uma garantia constitucional inegociável e condição para qualquer decisão que afete os povos indígenas.

Para a entidade, o processo conduzido até o momento falhou em respeitar os protocolos próprios de consulta das comunidades, cujas lideranças Mbyá Guarani sustentam que a escuta deve ser um processo de diálogo profundo e vinculante. Caso o povo opte por não permitir o empreendimento, essa decisão, na visão dos indígenas, deveria ser respeitada pelo Estado e pelas empresas.

O MPF reforçou esse entendimento ao determinar que os entes federais e as lideranças locais apresentem, no prazo de 30 dias, um plano de trabalho metodológico para organizar o processo de escuta. A argumen-

tação jurídica enfatiza que o resultado da consulta deve influenciar diretamente a viabilidade do projeto, obrigando os órgãos indigenistas a emitirem pareceres técnicos que reflitam a posição coletiva dos povos que habitam a área de influência direta do megaprojeto.

Impactos ambientais e o bioma Pampa

O projeto em Barra do Ribeiro, avaliado em cerca de R\$ 25 bilhões, é defendido pelo governo estadual e por parte do setor empresarial como um vetor de desenvolvimento econômico. Contudo, a nota do Cimi chama atenção para os impactos cumulativos e territoriais desse modelo produtivo. A entidade aponta que a expansão da planta industrial prevê um aumento expressivo no consumo de recursos hídricos, a pressão sobre o bioma Pampa, a expansão acelerada de monoculturas de eucalipto e a geração de efluentes industriais e emissões atmosféricas.

Relatos das comunidades reforçam que os impactos já são sentidos devido à ocupação territorial pela monocultura, o que afeta a disponibilidade de água e a integridade de terras que mantêm vínculos históricos com povos indígenas e populações rurais. Para o Cimi, a ausência de um debate público que contemple esses riscos comprova a fragilidade do processo de licenciamento atual, que priorizaria a celeridade econômica em detrimento da sustentabilidade e dos direitos territoriais.

Um histórico de tensões e a busca por validade jurídica

A cautela das instituições frente ao avanço da CMPC encontra eco em episódios recentes da história ambiental gaúcha. Em 2022, a Justiça Federal anulou o licenciamento ambiental do projeto “Mina Guaíba”, um empreendimento que também enfrentou forte resistência indígena pela ausência de consulta prévia. Especialistas observam que o histórico de mobilizações demonstra que, para os povos Mbyá Guarani e Kaingang, a terra não é apenas um ativo econômico, mas a base de sua existência cultural e espiritual.

A articulação entre MPF e entidades indigenistas reafirma que qualquer estratégia de desenvolvimento não pode atropelar salvaguardas internacionais dos povos originários. A nota técnica do Cimi conclui com a exigência da suspensão imediata de qualquer avanço no licenciamento até que se garanta a consulta integral, reforçando que, na visão da entidade, não há desenvolvimento legítimo sem o respeito pleno aos povos indígenas e aos direitos constitucionais que protegem seus territórios.

Horta Guarani: a primeira colheita na Tekoha Ocoy, no Paraná

Essa horta surgiu no território a partir de uma oficina com jovens indígenas, no ano passado, e ali, se debateu a produção de mais alimentos para a comunidade, além de remédios

Por **Claudia Weinman**, do *Afronte*

As fotografias de uma horta iniciada por meio do trabalho coletivo do povo Guarani, na Tekoha Ocoy, em São Miguel do Iguazu, no Paraná, já indicavam que a colheita seria boa. Quem cultiva a terra com carinho e respeito, colhe alimento sem veneno e esperança de um futuro bom.

Assim Daniel Maraca Miri Lopes descreve a primeira colheita de 2026, com a criançada exibindo uma melancia a ser repartida com todos e todas. Além dela, feijão, amendoim, milho, cana-de-açúcar e verduras já alimentaram a comunidade por esses dias.

“Distribuímos melancia para a vizinhança, deu um resultado muito bom. Estamos preparando para ampliar a produção. Tem gente que já disse que vai levar esse projeto para sua casa também”, contou.

A ideia

Essa horta surgiu no território a partir de uma oficina com jovens indígenas, no ano passado, e ali, se debateu a produção de mais alimentos para a comunidade, além de remédios.

“Tivemos a ideia de cercar pequenos espaços e plantar variedades de sementes para a comunidade”, explicou Daniel.

Nesse território, onde a horta foi organizada, com ajuda do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Regional Sul, e também de Manos Unidas, uma entidade apoiadora da causa indígena, existe muita resistência e vontade de garantir que a cultura e a memória do povo guarani sejam resguardadas e respeitadas.



Fotos Daniel Maraca Miri Lopes



Horta Guarani a primeira colheita na Tekoha Ocoy, no Paraná

Daniel inclusive traz um resgate histórico de que seus ancestrais viviam à margem do rio Paraná, e que todo aquele território se encontra debaixo das águas pela construção da hidrelétrica da Itaipu Binacional. “Morava muita gente, famílias, mas devido a situação da Itaipu, a pressão, amedrontamento, muitas famílias foram para o lado do Paraguai, da Argentina e brasileiro também. É uma grande luta estarmos aqui hoje, resistindo, por isso precisamos da horta e garantir a nossa cultura e a nossa sobrevivência”, finalizou.

Ruínas e o amanhã

Em suas palavras, Roberto Liebgott, missionário do Cimi Regional Sul, faz um passeio pela história e joga luz ao futuro dos povos indígenas no Brasil

Por **Roberto Liebgott**, do *Cimi Regional Sul*

Na solidão do tempo permanecem rabiscos de memórias marcadas na pedra, em paredes que gritam no silêncio.

Ruínas de uma história rasgada pela invasão da terra, dos corpos, das almas dos povos originários.

Pedras talhadas por mãos Guarani, sob suor e sangue – penitência que não lhes cabia, erguida a um Deus estrangeiro, carregado entre a cruz e a espada.

Ruínas esvaziadas de povo, nem seus herdeiros podem entrar nelas. Um cenário turístico que lucra sobre a égide do preconceito – do racismo estrutural.

Lucra sobre a memória transformada em vitrine, enquanto os verdadeiros sujeitos são afastados e mantidos à margem do chão sagrado-saqueado.

Um cenário de troncos arrancados, de matas convertidas em verde-soja, onde o ar transporta fuligem dos silos, expostos como progresso.

A cruz missioneira foi erguida em honra ao Cristo de fora, mas sobre a negação de Ñhanderu, que nunca abandonou o sopro da mata, o canto da água, a palavra ancestral.

Foto: Roberto Liebgott/Cimi Regional Sul



Ruínas de São Miguel das Missões

Ruínas das batalhas.

Do genocídio.

Do sangue derramado em defesa do sonho.

Ruínas da terra sem mal sufocada.

Do amanhã interrompido pela lâmina e pelos canhões.

Mas, apesar do longo tempo, o que foi imposto não apagou o sagrado.

O que foi devastado não destruiu a memória.

O que foi silenciado não deixou de existir.

Porque a Terra Mãe guarda nomes, guarda passos, guarda promessas.

E um dia – não por benevolência, mas por resistência – as raízes romperão o concreto da história.

Não será vingança, será retomada. Não será esquecimento, será justiça que floresce.

Das ruínas ouviremos canto, do luto a dança e do chão ferido um novo amanhã.